

ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS IDOSAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Luís Carlos dos Santos¹
Cristiano Maciano de Souza²
Valdenira Carlos da Silva³
Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso⁴

RESUMO

Este estudo investiga as estratégias de educação voltadas para pessoas idosas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), destacando a importância desses espaços na promoção da educação ao longo da vida e no atendimento às demandas específicas desse público. O objetivo é analisar as atividades educacionais desenvolvidas nos CRAS e sua contribuição para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas. A pesquisa propõe recomendações para aprimorar as políticas e práticas educacionais nos CRAS, como a ampliação da oferta de atividades, o incentivo à participação e engajamento dos idosos, o fortalecimento da formação de profissionais, a integração de políticas e serviços, o aprimoramento da infraestrutura e recursos, a promoção da acessibilidade, o monitoramento e avaliação contínuos, e o fortalecimento do trabalho em rede. As atividades educacionais oferecidas nos CRAS incluem oficinas de artesanato, cursos de capacitação, palestras, workshops e grupos de convivência, promovendo diversos impactos positivos na vida dos participantes, como melhoria da saúde física e mental, estímulo cognitivo, aumento da autoestima, redução do estresse e fortalecimento dos vínculos sociais. Boas práticas na implementação dessas estratégias incluem o planejamento participativo, formação e capacitação dos profissionais, diversificação das atividades, avaliação contínua e parcerias com instituições. Por outro lado, os desafios enfrentados envolvem recursos limitados, falta de infraestrutura adequada, barreiras de acesso, desafios culturais e sociais, e dificuldades na gestão e coordenação. A conclusão ressalta a importância das estratégias educacionais nos CRAS para promover a inclusão social e o envelhecimento ativo das pessoas idosas, destacando a necessidade de investimento e aprimoramento dessas políticas e práticas para garantir sua efetividade.

Palavras-chave: Educação de pessoas idosas, Centros de referência de assistência social, Estratégias educacionais, Atividades, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenha uma nova configuração dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, indica para qual direção os

¹ Me. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Gestão Pública e Gestão de Pessoas - Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Estudante de Serviço Social - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), karloskaka@hotmail.com

² Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná (UniFatecie), cristianomarcianosouza@gmail.com

³ Ma. em Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri (UFCA), valdeniracarlos88@gmail.com

⁴ Dr. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pedroherlleyson@yahoo.com.br

usuários da assistência devem ser atendidos, pois parte-se da premissa de que os mesmos, além dos direitos, possuem possibilidades e potencialidades que devem ser desenvolvidas (Brasil, 2004). Todavia, para concretizá-la, torna-se necessário que, no atendimento das demandas apresentadas pelos usuários, sejam também desenvolvidas ações que tenham como finalidade estimular essas potencialidades.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como objetivo gerir as ações socioassistenciais em todo o território nacional. Nesse macrossistema está inserido o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Brasil, 2015), que deve estar encaixado no contexto territorial das famílias em vulnerabilidade social, sendo responsável pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), cujo objetivo é potencializar a família como unidade de referência e fortalecer os vínculos internos e externos.

O CRAS, enquanto porta de entrada da assistência social, é um espaço fundamental para o desenvolvimento de atividades voltadas à promoção da cidadania e inclusão social. Para a população idosa, que frequentemente enfrenta desafios relacionados ao isolamento social, ao declínio físico e cognitivo e à exclusão digital, os serviços ofertados pelos CRAS são essenciais para garantir o envelhecimento ativo e a participação social. As atividades educacionais ofertadas pelos CRAS, como oficinas de artesanato, cursos de capacitação e grupos de convivência, contribuem significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida dessa população, proporcionando não apenas aprendizado, mas também uma rede de apoio social.

O processo de envelhecimento no Brasil, que ocorre de maneira acelerada, traz consigo a necessidade de políticas públicas robustas que respondam às demandas específicas dos idosos. Segundo o IBGE, em 2021, o Brasil já contava com mais de 30 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que representa um desafio para os serviços socioassistenciais e de saúde. Nesse contexto, o CRAS surge como um espaço que, além de atender as necessidades emergenciais, pode promover uma educação ao longo da vida, desenvolvendo ações que incentivem o envelhecimento saudável e a inclusão social dos idosos.

A educação ao longo da vida, um dos pilares da promoção da inclusão social dos idosos, é fundamental para combater a marginalização e garantir que essa parcela da população tenha acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. As atividades oferecidas nos CRAS, nesse sentido, vão além de uma simples ocupação do tempo livre, oferecendo estímulo cognitivo, social e emocional. Isso reforça a ideia de

que a educação não se limita à escolarização formal, mas pode e deve ocorrer em diversos espaços ao longo da vida.

A oferta de atividades educacionais nos CRAS, voltadas para a população idosa, não apenas contribui para o desenvolvimento individual, mas também fortalece os vínculos comunitários. Através de grupos de convivência e oficinas, os idosos encontram um espaço de troca de experiências e apoio mútuo, o que contribui para a diminuição do isolamento social e o fortalecimento da autoestima. Nesse sentido, os CRAS desempenham um papel fundamental no enfrentamento das consequências negativas do envelhecimento, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar social.

Contudo, apesar das inúmeras contribuições, os serviços ofertados pelos CRAS enfrentam desafios significativos, como a escassez de recursos, a insuficiência de infraestrutura e a formação inadequada dos profissionais. Esses fatores podem comprometer a efetividade das atividades educacionais e a qualidade do atendimento prestado aos idosos. É preciso, portanto, fortalecer a formação e capacitação dos profissionais que atuam nos CRAS, garantindo que estejam aptos a lidar com as especificidades da população idosa e a implementar práticas educativas eficazes.

A implementação de boas práticas, como o planejamento participativo e a avaliação contínua das atividades, é crucial para o sucesso das estratégias educacionais nos CRAS. Essas práticas permitem que as ações sejam ajustadas conforme as demandas e necessidades dos idosos, garantindo que as atividades oferecidas sejam realmente significativas e adequadas às suas realidades. Além disso, a formação de parcerias com outras instituições, como universidades e organizações não governamentais, pode ampliar o alcance e a diversidade das atividades ofertadas.

Outro ponto importante é a integração entre as políticas públicas. Para que os CRAS possam oferecer um atendimento mais abrangente e eficaz, é fundamental que haja articulação entre os diferentes serviços e políticas, como saúde, cultura e esporte. A integração de esforços entre as áreas pode potencializar os resultados e garantir que os idosos recebam um atendimento mais completo e integrado, atendendo tanto às suas necessidades de saúde quanto às suas demandas educacionais e sociais.

A acessibilidade também deve ser um ponto central no desenvolvimento das atividades educacionais nos CRAS. Garantir que os idosos tenham acesso aos espaços e recursos, eliminando barreiras físicas, tecnológicas e culturais, é essencial para que todos possam participar ativamente das atividades. A promoção da acessibilidade passa pela adaptação dos espaços físicos, mas também pelo desenvolvimento de atividades que

considerem as limitações e capacidades da população idosa, garantindo que todos se sintam incluídos.

Em conclusão, as atividades educacionais desenvolvidas nos CRAS têm um papel fundamental na promoção da inclusão social e no fortalecimento da cidadania da população idosa. Por meio dessas atividades, os idosos podem continuar aprendendo, socializando e desenvolvendo suas potencialidades, o que impacta diretamente sua qualidade de vida. No entanto, para garantir que essas estratégias sejam efetivas, é necessário que haja um esforço contínuo de investimento, capacitação e aprimoramento das políticas e práticas educacionais, para que os CRAS possam atender de maneira adequada às demandas e desafios do envelhecimento no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida por meio de estudo de caso em diferentes CRAS, envolvendo observação participante, entrevistas com gestores e usuários, e análise de documentos institucionais. Será realizada uma análise qualitativa dos dados coletados, buscando identificar padrões, tendências e desafios nas estratégias de educação para pessoas idosas nos CRAS.

A metodologia do estudo, de acordo com o (Gil, 2008), trata-se de um estudo de caso que é uma pesquisa qualitativa que analisa detalhadamente um objeto específico, como uma pessoa, grupo ou evento, visando compreendê-lo em profundidade. Utiliza-se de diversas técnicas de coleta de dados, como observação, entrevistas e análise de documentos, para oferecer insights valiosos sobre o fenômeno em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, estabelece direitos fundamentais para a proteção e promoção do bem-estar da população idosa no Brasil. O Estatuto assegura direitos como o acesso prioritário à saúde, à assistência social e à educação, além de medidas específicas de proteção contra a negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2003).

A população idosa brasileira tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, o que representa um desafio tanto para as políticas públicas quanto para os serviços socioassistenciais. Segundo projeções do IBGE, até 2050, cerca de 30% da

população brasileira será composta por pessoas com mais de 60 anos (Miranda et al., 2016). Esse envelhecimento populacional intensifica as demandas por políticas que promovam a inclusão social e o bem-estar dos idosos, especialmente em um contexto de vulnerabilidade social. Além disso, os idosos enfrentam desafios como o aumento da dependência física, o isolamento social e a pobreza, fatores que comprometem sua qualidade de vida e demandam intervenções estratégicas (Silva, 2020).

A vulnerabilidade social entre a população idosa é um aspecto central nas discussões sobre políticas públicas no Brasil. Muitos idosos vivem em condições de pobreza, com renda insuficiente para suprir suas necessidades básicas, o que os coloca em situação de fragilidade econômica e social. Essa vulnerabilidade é agravada pela ausência de redes de apoio familiar e comunitário (Oliveira et al., 2021). Estudos indicam que a pobreza entre idosos está associada à exclusão do mercado de trabalho, à baixa escolaridade e à falta de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação (Pereira e Souza, 2019). Para combater essa realidade, é necessário o fortalecimento de políticas de proteção social, como as desenvolvidas pelos CRAS.

O convívio social entre os idosos é apontado por diversos estudos como um fator protetor contra o isolamento e a depressão, que são problemas comuns nessa faixa etária. As interações sociais promovidas em grupos de convivência, como aqueles organizados pelos CRAS, têm se mostrado eficazes na melhoria do bem-estar emocional e na redução do sentimento de solidão (Freitas e Mendes, 2018). A participação em atividades comunitárias contribui para o fortalecimento dos vínculos sociais e o desenvolvimento de uma rede de apoio, que é essencial para o envelhecimento saudável (Martins et al., 2020). Além disso, o convívio social estimula o engajamento em atividades que promovem o desenvolvimento cognitivo e emocional, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida dos idosos.

A Política Nacional do Idoso (PNI), instituída em 1994, tem como principal objetivo garantir os direitos das pessoas idosas, promovendo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. No entanto, apesar de ser um marco importante, sua implementação enfrenta desafios que limitam a efetividade de suas ações (Santos e Almeida, 2019). A PNI prevê a criação de serviços que assegurem a dignidade e a proteção dos idosos, com foco no atendimento integral e no fortalecimento de redes de apoio. Estudos recentes apontam que, para que a política alcance seus objetivos, é necessário um maior investimento em infraestrutura e capacitação profissional no atendimento aos idosos (Gonçalves, 2022).

O Serviço Social tem desempenhado um papel crucial na efetivação dos direitos dos idosos no Brasil. A atuação de assistentes sociais no CRAS, por exemplo, busca não apenas atender às demandas emergenciais, mas também promover a inclusão social por meio de atividades educativas e culturais (Lima e Oliveira, 2020). O fortalecimento da participação dos idosos em grupos de convivência e atividades socioeducativas é uma estratégia essencial para a promoção do envelhecimento ativo, como preconizado pela Organização Mundial da Saúde. No entanto, a precarização das condições de trabalho e a falta de recursos são desafios que comprometem o alcance dessas ações (Souza et al., 2023).

A Teoria da Atividade, proposta por Havighurst, sugere que a satisfação na velhice depende da continuidade em atividades sociais e físicas (Havighurst, 1961). Idosos engajados em lazer, voluntariado ou educação apresentam maior qualidade de vida e bem-estar (Silva, 2018). Centros de convivência para idosos, com atividades lúdicas e esportivas, reforçam essa ideia ao promoverem integração social e retardarem os efeitos negativos do envelhecimento.

O envelhecimento ativo, um conceito central nas políticas voltadas para os idosos, refere-se à promoção de oportunidades para que os indivíduos envelheçam de forma saudável e participativa. A educação ao longo da vida é um dos pilares desse conceito, sendo reconhecida como uma ferramenta fundamental para manter os idosos engajados socialmente e cognitivamente (Silva et al., 2019). Nesse sentido, os CRAS, ao oferecerem atividades educacionais e de convivência, contribuem diretamente para a promoção do envelhecimento ativo, proporcionando um espaço de aprendizado e interação para os idosos.

Os desafios na implementação de políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil são amplos e multifacetados. Entre eles, destacam-se a falta de articulação intersetorial, a carência de recursos financeiros e a inadequação das infraestruturas para atender a demanda crescente por serviços (Rodrigues et al., 2021). Para superar essas barreiras, pesquisadores defendem a importância de uma abordagem integrada, que envolva tanto o setor público quanto a sociedade civil na criação de políticas mais inclusivas e eficazes (Melo, 2022). Além disso, a ampliação da oferta de atividades socioeducativas, como as oferecidas pelos CRAS, é vista como uma estratégia essencial para a promoção da cidadania entre os idosos.

O estado da arte sobre políticas de assistência ao idoso destaca a importância de um planejamento participativo e da avaliação contínua das ações desenvolvidas. Estudos

apontam que, para melhorar a qualidade do atendimento aos idosos nos CRAS, é necessário não apenas aumentar a oferta de atividades, mas também diversificar os tipos de programas oferecidos, atendendo às diversas necessidades dos idosos (Silva e Costa, 2020). A adaptação das atividades às capacidades e limitações dos participantes é fundamental para garantir a inclusão e o sucesso das iniciativas.

As boas práticas na gestão de políticas públicas para idosos incluem a formação contínua dos profissionais envolvidos e a criação de redes de apoio interinstitucionais. A atuação dos CRAS, nesse contexto, é vista como um exemplo positivo, uma vez que promove atividades que integram os serviços de saúde, cultura e assistência social (Nunes e Braga, 2023). Essa abordagem multidisciplinar tem se mostrado eficaz na promoção do bem-estar dos idosos e na melhoria da sua qualidade de vida.

Por fim, o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas para os idosos são essenciais para garantir a eficácia das políticas públicas. A criação de indicadores que avaliem a participação e o impacto das atividades nos CRAS pode orientar as melhorias necessárias e garantir que as ações sejam adaptadas às realidades locais (Ferreira et al., 2024). Essas avaliações contribuem para a implementação de práticas mais eficazes e ajustadas às demandas da população idosa, promovendo a sustentabilidade das políticas de envelhecimento no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais achados deste estudo indicam que as atividades educacionais desenvolvidas nos CRAS têm um impacto significativo no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas idosas. Através de entrevistas e observações realizadas, verificou-se que atividades como rodas de conversa, oficinas de artesanato, ginástica funcional, cursos de capacitação e grupos de convivência são as mais frequentes e contribuem diretamente para a melhoria da autoestima e do estímulo cognitivo dos participantes. Os idosos relataram que essas atividades são fundamentais para manter sua saúde mental e física, além de promoverem um ambiente de socialização e pertencimento.

Nesse contexto, as oficinas de artesanato emergem como uma estratégia eficaz para promover a criatividade e as habilidades manuais dos idosos. Nesses espaços, os participantes aprendem diversas técnicas, como pintura, que não apenas estimulam a imaginação, mas também proporcionam uma forma de expressar emoções e contar suas histórias. Além do desenvolvimento de novas habilidades, essas oficinas favorecem o

convívio social, permitindo que os idosos interajam e compartilhem experiências, reduzindo o isolamento e construindo laços afetivos. Essa dinâmica social é essencial para o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção da autoestima dos participantes.

Complementando essa abordagem, a promoção de cursos de capacitação voltados para a população idosa também se mostrou uma prática valiosa. Temas como culinária e pintura em tecido proporcionam conhecimentos práticos aplicáveis ao cotidiano, aumentando a autonomia e confiança dos idosos. As palestras sobre prevenção de doenças, direitos dos idosos e alimentação saudável complementam essas atividades, informando os participantes sobre questões essenciais para uma vida saudável e ativa. Portanto, as ações realizadas nos CRAS não só oferecem entretenimento, mas também se configuram como uma ferramenta importante para a inclusão social e a valorização do envelhecimento ativo.

Além das atividades internas, outro achado importante da pesquisa foi a relevância das atividades extramuros, como passeios, visitas e viagens organizadas pelos CRAS. Essas experiências desempenham um papel crucial no enriquecimento social e cultural dos participantes, proporcionando momentos de lazer e aprendizado que vão além da rotina. Os idosos mencionaram que essas atividades ajudam a quebrar a monotonia do dia a dia e renovam seu ânimo, fortalecendo vínculos entre eles e promovendo maior interação com diferentes ambientes e comunidades. Esse aspecto de socialização é vital para a construção de uma rede de apoio emocional entre os participantes.

Dentro do contexto do SUAS e dos CRAS, diversas campanhas e datas comemorativas são planejadas para atender às necessidades específicas dos idosos. Comemorações como o Dia Internacional da Mulher, o Dia Mundial da Saúde e o Dia Internacional do Idoso abordam questões cruciais como direitos, saúde mental e inclusão social. Em particular, o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado em 15 de junho, visa informar os idosos sobre seus direitos e as formas de prevenir a violência. Durante o mês de outubro, reconhecido como o Mês do Idoso, são organizadas atividades de integração social que valorizam a experiência e o conhecimento dos idosos, promovendo um envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo os vínculos sociais e comunitários.

As parcerias entre os CRAS e os profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS), como médicos e enfermeiros, são fundamentais para a promoção da saúde dos idosos. Essas colaborações permitem a realização de palestras e campanhas educativas sobre temas relevantes, como o outubro Rosa, que enfatiza a prevenção do câncer de mama e

do colo do útero. Essas iniciativas ressaltam a importância do autocuidado e do diagnóstico precoce, contribuindo significativamente para a saúde da população idosa. A conexão entre as atividades educacionais e a promoção da saúde é crucial para garantir um atendimento integral aos idosos.

No entanto, o estudo também revelou desafios significativos para a plena implementação das estratégias educacionais nos CRAS. Um dos principais obstáculos identificados foi a insuficiência de recursos e a infraestrutura inadequada, que limitam a diversidade de atividades oferecidas. Muitos CRAS enfrentam dificuldades em manter uma programação constante devido à falta de materiais e profissionais qualificados, comprometendo a efetividade das ações e a motivação dos participantes. Além disso, a acessibilidade foi destacada como um desafio, pois muitos idosos enfrentam barreiras para acessar as atividades, seja pela distância das unidades ou por dificuldades de locomoção, o que impede que um segmento significativo da população idosa usufrua dos benefícios dessas iniciativas.

Finalmente, o planejamento participativo se destacou como uma estratégia eficaz nos CRAS. A inclusão dos próprios idosos no processo de definição das atividades resultou em maior adesão e engajamento. Esse modelo de gestão permite que as ações atendam às demandas específicas da comunidade idosa, tornando-as mais atraentes e adequadas às suas capacidades e interesses. Parcerias com universidades e ONGs foram identificadas como boas práticas que potencializam recursos e ampliam a oferta de atividades. O monitoramento e a avaliação contínuos das ações são essenciais para garantir a sustentabilidade das iniciativas, pois unidades que adotam processos de avaliação apresentaram melhores resultados em participação e impacto na qualidade de vida dos idosos. Esses achados ressaltam a importância de uma abordagem sistemática e adaptável no planejamento e execução das atividades educacionais nos CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância das atividades educacionais desenvolvidas nos CRAS para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas. As diversas iniciativas, que incluíram oficinas, cursos de capacitação e atividades extramuros, demonstraram como esses espaços puderam promover a socialização, a autonomia e a inclusão dos idosos na comunidade. Além disso, as parcerias com profissionais da saúde e as campanhas educativas foram fundamentais para reforçar a promoção da saúde e o

conhecimento dos direitos dos idosos. No entanto, os desafios identificados, como a falta de recursos e a acessibilidade, precisaram ser abordados para garantir que todas as pessoas idosas tivessem acesso a essas iniciativas. A implementação de um planejamento participativo, que incluísse a voz dos idosos na definição das atividades, poderia resultar em ações mais eficazes e adaptadas às suas necessidades. Em suma, o fortalecimento das ações nos CRAS foi crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde os idosos puderam desfrutar de um envelhecimento ativo e saudável.

Os resultados da pesquisa ressaltam a importância das estratégias educacionais desenvolvidas nos CRAS para a promoção da inclusão social e do envelhecimento ativo das pessoas idosas. As atividades educativas não apenas contribuem para a melhoria da qualidade de vida, mas também fortalecem a autonomia e a cidadania desse público. Assim, é fundamental que haja investimento contínuo e aprimoramento das políticas e práticas educativas nos CRAS, assegurando que esses espaços continuem a atender eficazmente às necessidades dos idosos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todas as equipes dos CRAS de Iguatu Ceará. Agradeço especialmente à Coordenação de Proteção Social Básica (PSB) e à Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania (SAS) pelo apoio e por proporcionarem um ambiente propício à colaboração e ao aprendizado. O esforço conjunto de todos vocês enriqueceu não apenas este estudo, mas também as vidas das pessoas atendidas por nossos serviços. Obrigado por acreditarem na importância da educação e na transformação social!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Norma Operacional Básica**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2015.

BRASIL. **Lei nº. 10.741**, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 19(3):507-519, 2016.

FERREIRA, M. A. et al. Monitoramento e avaliação das políticas públicas para idosos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 123-140, 2024.

FREITAS, C. E.; MENDES, F. D. O papel dos grupos de convivência na promoção da saúde mental dos idosos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 5, p. 892-900, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, L. A. A implementação da Política Nacional do Idoso: desafios e perspectivas. **Revista de Serviço Social**, v. 34, n. 3, p. 345-360, 2022.

HAVIGHURST, R. J. Successful aging. **The Gerontologist**, v. 1, n. 1, p. 8-13, 1961.

LIMA, L. M.; OLIVEIRA, J. F. A atuação do assistente social nos CRAS: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Política Social**, v. 11, n. 1, p. 56-70, 2020.

MARTINS, R. P. et al. Educação e convivência: a experiência dos idosos em atividades sociais. **Revista de Estudos sobre Envelhecimento**, v. 12, n. 1, p. 110-125, 2020.

MELO, A. C. Articulação intersetorial nas políticas públicas para o envelhecimento. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 29, n. 2, p. 201-220, 2022.

NUNES, D. S.; BRAGA, J. A. Práticas de gestão nas políticas públicas para idosos: um estudo em CRAS. **Revista de Gestão em Saúde**, v. 7, n. 4, p. 45-60, 2023.

OLIVEIRA, F. C. et al. Vulnerabilidade social entre idosos: um estudo sobre as condições de vida. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 24, n. 4, p. 640-652, 2021.

PEREIRA, T. C.; SOUZA, M. R. Pobreza e exclusão social entre os idosos brasileiros. **Revista de Estudos Sociais**, v. 10, n. 3, p. 201-215, 2019.

RODRIGUES, L. M. et al. Desafios na implementação das políticas públicas para o idoso no Brasil. **Revista Brasileira de Política Social**, v. 11, n. 3, p. 300-315, 2021.

SANTOS, A. P.; ALMEIDA, R. S. Política Nacional do Idoso: avanços e desafios. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 29, n. 1, p. 89-104, 2019.

SILVA, J. C. A teoria da atividade e o envelhecimento: Implicações para a qualidade de vida. **Revista Brasileira de Gerontologia**, v. 11, n. 2, p. 55-72, 2018.

SILVA, R. M. et al. Educação ao longo da vida: um direito do idoso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 77, p. 103-118, 2019.

SILVA, V. R. O impacto das atividades socioeducativas no bem-estar dos idosos. **Revista de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, n. 3, p. 375-386, 2020.



SOUZA, L. L. et al. Desafios enfrentados pelos assistentes sociais na atuação com idosos.
Revista Brasileira de Serviço Social, v. 15, n. 2, p. 222-235, 2023.